

# O VALE DO RIO PIRACICABA

## Potencial para implantação de parques patrimoniais

Marina de Cássia Marchini

Jane Victal Ferreira

Pontifícia Universidade  
Católica de Campina

**RESUMO** | No Estado de São Paulo, Brasil, o Vale do Rio Piracicaba se destaca pela agroindústria, diversidade cultural, industrialização e metropolização. No período imperial, seus recursos territoriais formaram o tradicional “Quadrilátero do Açúcar”. O solo propício ao plantio da cana recebeu atenção de latifundiários, incentivos financeiros, políticas públicas e planejamento urbano-regional resultando em desenvolvimento tecnológico sucroenergético e agronegócio, sobrepondo as culturas tradicionais historicamente constituídas. Apesar disso, o território apresenta conflitos e iminente desaparecimento do legado da cultura caipira. O marco temporal da pesquisa é o início do cultivo dos canaviais e mudança na paisagem natural, investigando os resultados atualmente observados. Esse artigo visa apresentar indícios do potencial para implantação de parques patrimoniais nos moldes da metodologia utilizada pelo Departament d’Urbanisme, Territori i Paisatge (UTP) da Universitat Politècnica de Catalunya, baseada em: preservação patrimonial, educação, desenvolvimento econômico e lazer. Espera-se subsidiar a adoção do conceito no debate urbanístico paulista.

Palavra-chave: tipologia territorial, culturas tradicionais, paisagem canvieira e desenvolvimento urbano.

**ABSTRACT** | In the state of São Paulo, Brazil, the Piracicaba River Valley stands out for its agro-industry, cultural diversity, industrialization and metropolization. During the imperial period, its territorial resources formed the traditional “Sugar Quadrilateral”. The soil suitable for planting sugar cane received attention from landowners, financial incentives, public policies and urban-regional planning, resulting in the technological development of sugar-energy and agribusiness, overriding historically established traditional cultures. Despite this, the territory is facing conflicts and the imminent disappearance of the legacy of caipira culture. The time frame of the research is the beginning of sugarcane plantations and the change in the natural landscape, investigating the results currently observed. This article aims to present evidence of the potential for implementing heritage parks along the lines of the methodology used by the Departament d’Urbanisme, Territori i Paisatge (UTP) of the Universitat Politècnica de Catalunya, based on: heritage preservation, education, economic development and leisure. The aim is to help adopt the concept in São Paulo’s urban planning debate.

Keywords: territorial typology; traditional cultures; sugarcane landscape; urban development.

## Introdução

O Vale do Rio Piracicaba se destaca pela paisagem com extensos canaviais que formaram um dos primeiros ciclos econômicos brasileiros, abrangendo desde o período colonial até o presente. Ao longo da História, seus recursos territoriais desempenharam papel essencial na sobrevivência humana e, no período imperial, possibilitaram a formação do tradicional “Quadrilátero do Açúcar”. Na virada do século XVIII, início da monocultura da cana-de-açúcar na região, essa economia propiciou o desenvolvimento urbano e regional e induziu uma diversidade de outros arranjos produtivos que estruturaram a rede de cidades ao longo do rio, nas planícies do Vale. Embora a região seja alvo de desenvolvimento econômico e muitas experiências em planejamento urbano e regional, o território apresenta conflitos e o iminente desaparecimento do legado da cultura caipira.

Esse artigo visa analisar as potencialidades do território, com foco na implantação de parques patrimoniais nos moldes da metodologia utilizada pelo Departament d'Urbanisme, Territori i Paisatge (UTP) da Universitat Politècnica da Catalunya, onde as ações baseiam-se na articulação de quatro pilares: preservação patrimonial, educação, desenvolvimento econômico e lazer. Como resultado, espera-se subsidiar a adoção do conceito de parque patrimonial no debate urbanístico paulista e contribuir para formulação de um quadro geral de potencialidades do território, com vistas a valorizar e preservar os modos de ser e os conjuntos edificados, que sustentam memória, identidade e coesão social nos lugares, sendo uma alternativa de economia sustentável ao território. A formação cultural regional do Vale do Rio Piracicaba é fruto das relações sociais associadas às práticas tradicionais de cultivo e trabalho na terra, aos festejos centenários e às tradições de violeiros e curureiros. Geograficamente, o Rio Piracicaba tem início no município de Americana, ao receber as águas dos rios Jaguari e Atibaia, percorrendo aproximadamente 190 km até desaguar no Rio Tietê, formando um conjunto de irrigação natural que dá vida a diversas paisagens. Historicamente, o Rio Piracicaba esteve ligado às rotas fluviais e aos caminhos antigos terrestres, onde pousos serviam como pontos de apoio às expedições de desbravadores que buscavam riquezas nas minas de Cuiabá ou seguiam as tropas do Forte do Iguatemi nas fronteiras dos territórios ocupados por espanhóis e portugueses. Às margens do rio, pequenos povoados surgiram, entre eles o que deu origem a cidade de Piracicaba, no qual a abundância de peixes, terra fértil e a presença de madeira favoreceu a permanência humana (Fig.01).

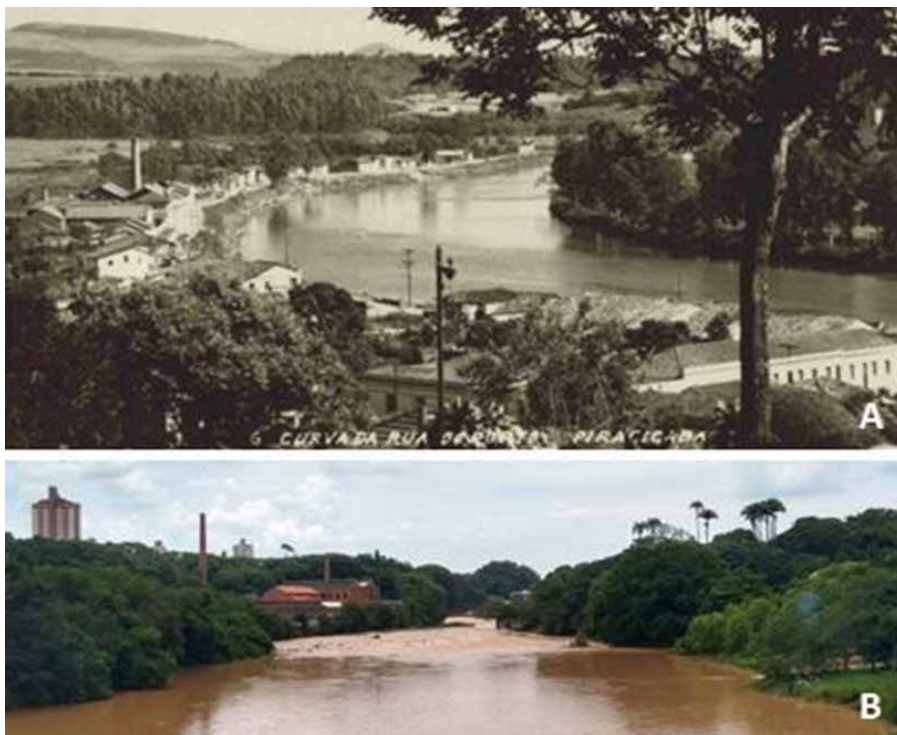


Fig. 01 A) Curva da Rua do Porto, Piracicaba (sem data); B) Vista do Rio Piracicaba. Fonte: A) Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e B) (Marina Marchini, 2022)

Neste território, a presença da cultura caipira foi formada ao longo dos séculos a partir de ciclos de interação entre a população autóctone e outras culturas imigrantes, a exemplo dos italianos no final do século XIX, fortemente enraizada.

A região é detentora de tradições muito consolidadas e seu legado abrange bairros rurais, arquiteturas de manufatura rudimentar e industriais, exemplares da tipologia vernacular incluindo habitações, engenhos, capelas, unidades de agricultura familiar de subsistência etc. (Fig. 02). Além disso, sua cultura imaterial inclui festejos religiosos e laicos, técnicas de cultivo agrícolas e saberes populares que sustentam as memórias e histórias do Vale.



Fig. 02 A) Escola; B) Capela rural; C) Vila operária; D) Habitações; E) Unidades de agricultura; F) Festejos. Fonte: A, B, C, D, E e F) (Marina Marchini, 2022)

As condições de clima e terra propiciaram a diversidade e riqueza no cultivo agrícola que, com o tempo, formou a paisagem dominada por latifúndios de cana-de-açúcar que desenvolveram novas relações sociais e culturais. Os engenhos primitivos com seus canaviais deram lugar às pequenas propriedades rurais, mecanização no plantio e indústria açucareira com grandes estruturas fabris. Durante o século XIX, os engenhos centralizaram o beneficiamento do açúcar, incorporaram as pequenas propriedades ao sistema de arrendamento e fizeram prosperar o setor destinado ao comércio interno e de exportação. A intensificação da lavoura impulsionou a economia e abertura de estradas, aumentando a rede de cidades na Bacia do Rio Piracicaba.

O final do século XIX início do século XX foi marcado pelas constantes transformações sociais: imigração europeia, diversificação na agricultura e subdivisão de terras. Os engenhos primitivos evoluíram em engenhos centrais e posteriormente em usinas de açúcar e álcool, cuja modernização estava ligada às demandas do mercado externo e interno. Nesse período, a indústria metalmeccânica se estabeleceu dando apoio às usinas de açúcar e de álcool, enquanto novas tecnologias foram adotadas para aumentar a produtividade das lavouras. A mecanização da cana-de-açúcar levou ao êxodo rural e aumento da população urbana, contribuindo para o processo de metropolização.

## 1. A relação campo-cidade

O território rural paulista vem se transformando e assumindo um novo caráter, merecedor de estudo multidisciplinar que possibilite melhor compreensão das relações sociais e sua formação. No Brasil, a oposição entre ambiente rural e urbano tem origem nas práticas de cobrança de tributos e nos primeiros experimentos de zoneamento urbano que definiram, para o município, as antíteses “zona rural x zona urbana” (Fig. 03). Desde então a cidade vem ganhando prevalência sobre o rural que, em confronto com o meio urbano e nas áreas lindeiras ao tecido de quadras e ruas, passa a ser concebido como estoque de terras para a expansão e produção de solo urbano.



Fig. 03 Perímetro urbano representado pelo tracejado amarelo no município de Piracicaba. Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica Google Earth (2023)

Quando não é concebido desta maneira, na escala do planejamento regional, ao solo rural atribui-se uma ideia equivocada de que esteja condicionado ao processo de extração de recursos naturais e produção agropecuária. Devido à amplitude territorial, abundância de recursos naturais e a equivocada ideia de modernização, o Brasil se voltou ao comércio internacional de commodities, desconsiderando valores mais insígnies e menos predatórios que a terra produz. Esta mentalidade progressista ignora a dimensão cultural de um território que possui uma ocupação antiga e um patrimônio material e imaterial enraizado. Fontes arqueológicas e estudos antropológicos comprovam a presença indígena, e a diversidade de tipos humanos compondo a rica etnografia que se formou com a chegada de imigrantes de todas as partes do mundo, em assentamentos isolados no continente, hibridizados em grupos com características próprias. Isso ocorreu no Vale do Rio Piracicaba, onde imigrantes de outras etnias europeias como os italianos, encontraram os caipiras, tipo formado pela miscigenação entre indígenas, portugueses e africanos (Candido, 2023).

Isto ocorreu em meio a nascente identidade nacional, formando simultaneamente a dicotomia urbano-rural, a rede de municípios e os estados nacionais com vocação agrária, expandindo-se desde então. Em ladeando e simultaneamente à monocultura e posteriormente à agroindústria, houve, “desde sempre”, um saber cultivar a terra para a produção de alimentos como o milho e a mandioca, mas também a criação de víveres. Essas práticas de cultivos e saberes tradicionais foram adquiridos pelos habitantes das zonas rurais ao longo do tempo. Recuperar e preservar seu patrimônio material e imaterial importa-nos muitíssimo porque nos fornecem condições para suprimir ou ao menos mitigar as dificuldades da crise ambiental, além de promover uma economia local que possa sustentar a permanência de moradores.

Ademais, a extensão do território brasileiro impõe a necessidade de vencer grandes distâncias entre zonas de produção agrícola e consumo de alimentos trazendo dificuldades de segurança alimentar. A ideia de cinturão verde de abastecimento da cidade com produtos locais foi gradativamente sendo abandonada em prol da produção industrial em grande escala e distantes das áreas de consumo, obrigando os produtores a adaptarem seus produtos às condições de transporte, estocagem, abastecimento e comercialização.

O método de produção agrícola tradicional foi sendo substituído pela monocultura, agroindústria e mecanização, e as adaptações tecnológicas nos meios de produção levaram à adoção de novas formas de organização periurbana que impactaram na dissolução do conjunto cidade-campo. O foco no desenvolvimento econômico das cidades resultou em análises errôneas sobre o território rural, fragmentando-o e colocando em risco a permanência do camponês, bem como a preservação do patrimônio cultural (Argollo Ferrão, 2007). Enquanto isso, a expansão das fronteiras agrícolas baseadas na monocultura de exportação ocorreu sem limites, avançando em direção ao interior do Brasil para além das divisões administrativas do Estado de São Paulo, consumindo terras férteis, matas e florestas.

O crescimento desordenado e a expansão das cidades sem planejamento ou visando somente atender regulações urbanas sem fundamento, limitou a ideia de cidade ao perímetro urbano e excluiu a área rural de seu planejamento (Argollo Ferrão, 2007). Podemos incluir que a associação entre produção agrícola e solo urbano é quase inexistente no planejamento territorial dos municípios

brasileiros, e que habitualmente as ações sobre o meio rural são produzidas sem controle ou gestão pública municipal, ficando o manuseio dos recursos a cargo dos proprietários de terra.

Para aprofundar a questão propomos analisar uma tipologia de ocupação territorial que nos permita incluir valores territoriais mais amplos do que a morfologia urbana propriamente.

## 2. Tipologia da ocupação do território paulista na paisagem do Vale do Rio Piracicaba

A partir do paradigma formado com o urbanismo moderno, a delimitação municipal forjou duas condições: o solo urbano e o solo rural. Contudo, nas pequenas e médias cidades do interior paulista, por meio da observação e em estudos morfológicos realizados pelos pesquisadores do grupo de pesquisa Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetura - EU:CA, destacamos uma tipologia territorial com cinco tipos distintos: 1) centro histórico (perímetro urbano do núcleo original da cidade) (Fig. 04); 2) áreas de ocupação consolidada da malha urbana (bairros urbanos com ambiente construído compacto e por vezes já verticalizado) (Fig. 05); 3) espaços de transição cidade-campo (franjas urbanas nas fronteiras entre a malha e zonas rurais,) (Fig. 06); 4) espaços de transição campo-cidade (áreas rurais compostas por sítios e chácaras em confronto com a malha urbana, com formações residuais que constituíram os cinturões verdes de abastecimento das cidades) (Fig. 07); 5) terras ocupadas pela agroindústria (Fig. 08). Embora alguns vestígios ainda se encontram preservados, para este estudo, desconsideramos as regiões de florestas e as paisagens devastadas do extrativismo mineral considerando que no interior paulista, as primeiras estão quase extintas e as segundas se encontram em menor extensão.



Fig. 04 A) Tipo 1, traçado vermelho representa o núcleo de origem da cidade de Piracicaba; B) Planta da Vila Nova da Constituição (Piracicaba), 1822; C) Paisagem da Rua do Porto e Rio Piracicaba. Fonte: A) Elaboração própria sobre base cartográfica Google Earth (2023); B) (Guilherme Vitti, 1954); C) (Marina Marchini, 2022)

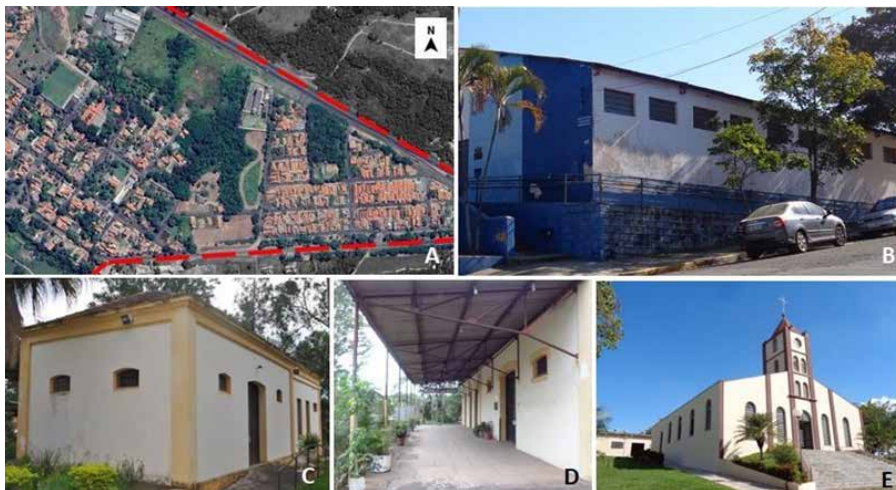




Fig. 8: Tipo 05. A) Terras ocupadas pela agroindústria, Piracicaba; B e C) Paisagem da cana-de-açúcar, Piracicaba. Fonte: (Marina Marchini, 2021)

Da tipologia encontrada, nos interessa apresentar os estudos do tipo 3 - a cidade propriamente, compostas por solo urbano de expansão da cidade e remanescentes da área rural tradicional, e tipo 4 - sítios e chácaras, que são área de remanescentes entre os grandes canaviais da agroindústria. Essas duas formas de ocupação são aqui classificadas como “áreas de transição” campo-cidade e cidade-campo: não são faixas contínuas de terra mas encontram-se fragmentadas como resultado da ação antrópica e são aquelas que possuem potencial de implantação de parques patrimoniais.

### 2.1 Tipo 3: Espaços de transição cidade-campo

Esse tipo de tecido urbano constitui o que designamos de “espaços de transição cidade-campo”. São franjas urbanas localizadas nas fronteiras da malha consolidada e representam o confronto entre as zonas urbana e rural, onde se encontram os bairros urbanos em fase de consolidação. Alguns desses tecidos estão em processo de expansão e produção do ambiente construído quando suas glebas são parceladas para formarem os loteamentos. Nessas áreas, consideradas “periurbanas” por alguns urbanistas, surge um tecido que contém uma tipologia construtiva de caráter híbrido, com remanescentes de habitações vernáculas, vilas operárias e unidades habitacionais recentes (Fig. 09 e 10). Com baixa densidade populacional e construtiva, ocorrem “espaços vazios” já caracterizados como solo urbano. Nessas áreas, podemos observar elementos da cultura agrícola caipira: espaços ainda vivenciados como rurais com quintais, hortas e criações de animais, capelas, equipamentos de lazer e engenhos.



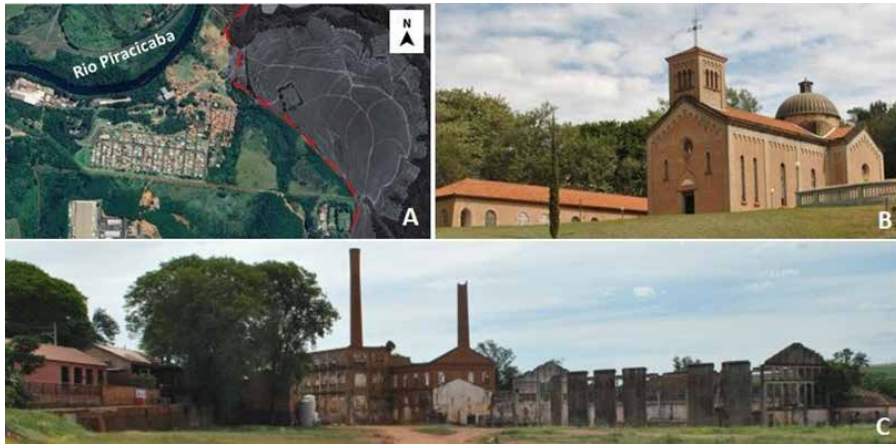


Fig. 09: A) O bairro Monte Alegre - Piracicaba, está inserido dentro do perímetro urbano representado pelo traçado vermelho; B) Capela São Pedro, C) Vista da Usina Monte Alegre. Fonte: A) Elaboração própria sobre base cartográfica Google Earth (2023); B e C) (Marina Marchini, 2021)

Essa mistura dos elementos agrícolas e urbanos é fundamental para compreender a relação cidade-campo e o uso do solo, ficando muitas vezes pouco valorizada na lógica das intervenções territoriais, pois algumas ainda preservam dinâmicas exógenas aos modos de produção capitalista. São atividades marginalizadas pelo zoneamento, áreas sem valor como terra agrícola e, por não participarem da dinâmica capitalista, são classificadas como “vazios urbanos” ou áreas de expansão, o que descaracteriza seu conteúdo cultural e promove a urbanização funcionalista.

## 2.2 Tipo 4: Espaços de transição campo-cidade

Os espaços de transição campo-cidade são áreas da zona rural compostas por sítios e chácaras em confronto com a malha urbana, com formações residuais que constituíram os cinturões verdes de abastecimento das cidades. Nelas ocorre uma ocupação tradicional com pequenas chácaras e sítios, algumas mantêm residualmente a agricultura de subsistência, outras se tornaram residências de lazer para as famílias expandidas (Fig. 10 e 11).



Fig. 10 A) Localização do bairro Tanquinho, Piracicaba; B) Capela Imaculada Conceição; C) Centro Rural de Tanquinho. Fonte: A) Elaboração própria sobre base cartográfica Google Earth (2023); B e C) (Marina Marchini, 2022)



Fig. 11 A) Áreas de plantios agrícolas próximo ao bairro Tanquinho representado pelo traçado vermelho; B e C) Culturas de milho, cana-de-açúcar, hortaliças, bairro Tanquinho. Fonte: A) Elaboração própria sobre base cartográfica Google Earth (2023); B e C) (Marina Marchini, 2021)

Dispostas ao longo dos caminhos de “terra batida” e fundos de vales de pequenos ribeirões, raramente encontramos estas unidades com a vitalidade cultural original. Seus caminhos serpenteiam e articulam as edificações vernáculas que gravitam em torno de bairros rurais pontuados por capelas. No caso da região do rio Piracicaba, estudos identificaram vários desses bairros rurais que mantêm seus festejos e modos de ser camponês (Marchini, 2022). Estas duas condições, franja urbana e zona rural de ocupação tradicional constituem o espaço de transição onde ainda existem traços da memória e a cultura caipira. Nas áreas periurbanas, constituídas pelos dois tipos de espaços de transição e reunidos numa só entidade territorial, as propriedades rurais decorrentes de processos de herança, algumas em desconstrução dos significados e descaracterização cultural, formam tecidos fragmentados decorrente do processo de descontinuação dos territórios. Os espaços de transição são atingidos pelo processo de metropolização em que o território rural se transforma para atender demandas habitacionais urbanas, muitas vezes sem infraestrutura que. À medida que ocorre a concentração populacional, surgem outros problemas como a gentrificação e especulação imobiliária (Argollo Ferrão, 2007).

Nas fases iniciais do processo de urbanização, as propriedades rurais eram unidades de habitação e produção que garantiam o sustento do residente e formavam o sentido de lugar. Essa paisagem cultural está representada tanto nos edifícios de arquitetura rural que fazem parte de processos agrícolas, técnicas com materiais alternativos e convencionais (Argollo Ferrão, 2007).

### **3. O parque patrimonial como estratégia de desenvolvimento territorial**

Os parques patrimoniais surgem como estratégia de promover o desenvolvimento territorial e a preservação do patrimônio com incentivo a educação e atividades recreativas nos territórios em crise e debilitados. De maneira geral, os territórios em crise são considerados como um lugar de memória onde é possível reconhecer uma identidade vinculada à produção e ao trabalho, independentemente de serem ou não lugares privilegiados. Esses lugares possuem valores patrimoniais e socioculturais incorporados em paisagens muitas vezes singelas, mas sempre ligados a gerações de moradores locais. A ideia de conservação de patrimônio cultural, herdado de gerações passadas e mantidos até o presente, se fundamenta na reabilitação de elementos patrimoniais, atraindo pesquisadores e turistas (Sabaté Bel, 2005).

O conceito de Parque Patrimonial adotado pelo Departament d’Urbanisme, Territori i Paisatge (UTP) da Universitat Politècnica da Catalunya, baseia-se em políticas e ações que articulam quatro recursos: preservação patrimonial, educação, desenvolvimento econômico e lazer. Também entende que a paisagem cultural é resultante da interação entre o homem e o seu território, através de um processo histórico e acumulativo, podendo deixar vestígios e marcas na paisagem.

Conhecer a história de um território, “o seu DNA”, ou melhor dizendo, a forma como ele foi construído ao longo das gerações, pode trazer informações importantes e valiosos para fomentar e dar soluções para um desenvolvimento local sustentável (Sabaté Bel, 2005).

As estratégias europeias de implantação de parques patrimoniais mostraram-se

como um instrumento inteligente de promoção do desenvolvimento econômico e integração dos patrimônios construídos. Diversos programas e ações foram implantadas no sentido de incluir a comunidade local, reforçando a autoestima, gerando oportunidades de emprego, educação, preservação cultural e lazer, atraindo o turismo e investimentos locais (Sabaté Bel, 2005).

O programa de desenvolvimento deve resultar em ações integrativas de gestores e autoridades públicas, setores privados e moradores locais, evitando interesses unilaterais sobre os territórios. As ações do programa de desenvolvimento devem contemplar e integrar todos os residentes e seus patrimônios construídos, de forma a estabelecer vínculos físicos e utilizar estratégias de cooperação entre as comunidades locais, afim de integrar a cadeia científica, universidades e estudiosos que contribuem para reforçar o desenvolvimento de projetos de educação, pesquisa, cultura e conservação dos recursos locais (Sabaté Bel, 2005).

As ações de desenvolvimento permitem consolidar e desenvolver novas atividades, modernizar, classificar e integrar o meio ambiente, promovendo experiências sociais dentro das áreas rurais. Desta forma, o parque patrimonial possibilita a promoção e a integração do patrimônio construído com o cultural, respeitando, conservando e preservando o território com o seu patrimônio ambiental (Braga; Argollo Ferrão, 2022).

## **Considerações Finais**

Este artigo amplia o debate urbanístico para as possibilidades de inclusão de parques patrimoniais como estratégia de desenvolvimento territorial no Vale do Rio Piracicaba. Embora este tenha demonstrado um rico acervo de patrimônio material e imaterial, rico em atividades culturais e ambientes construídos merecedores de prevenção e valorização, existem conflitos históricos entre o agronegócio e a produção agrícola tradicional que implica o desaparecimento desta última cultura. Mesmo assim, os seus remanescentes podem ainda ser observados e podem ser incorporados no planejamento urbano visando desenvolvimento sustentável e articulado entre atividades como turismo, produção agrícola para abastecimento local, economia criativa, resgate de festas tradicionais, educação, esportes e lazer.

Dentro e fora do perímetro urbano do município de Piracicaba, foram identificados espaços de transição resistentes nas zonas rural e urbana, porém estão rapidamente desaparecendo. Esses estudos ampliam a discussão sobre ações de planejamento para a criação de um cinturão verde como estratégia para amenizar o crescimento desenfreado da cidade em direção ao rural e os avanços da agroindústria em direção às áreas urbanas. Outro fator de destaque é a possibilidade de resgate da produção de alimentos para o abastecimento das cidades criando um modelo autônomo de segurança alimentar.

Esses territórios apresentam oportunidades de desenvolvimento econômico e merecem ser incluídos nos projetos de desenvolvimento com ênfase na valorização dos moradores e seus modos de ser, incluindo-os na matriz da economia local. Essa integração é fundamental para garantir a preservação da cultura e minimizar os efeitos perversos da globalização. Com isso, espera-se que seja possível preservar a memória, fortalecer a identidade e a coesão social, além de contribuir para uma vida coletiva mais saudável, integradora e menos

desigual.

Assim, o Vale do Rio Piracicaba demonstra um território com amplas possibilidades para a implantação de parques patrimoniais, abrindo-se para o desenvolvimento, preservação e valorização da cultura agrícola tradicional local. Para isso é necessário promover ações de planejamento urbano e territorial, criando uma categoria urbanística que englobe as áreas que ainda não foram tomadas pela urbanização compacta ou pela agroindústria, promovendo políticas voltadas à preservação, educação, lazer e desenvolvimento econômico.

## Bibliografía

ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. (2007). Arquitetura Rural e o espaço não-urbano. *Labor & Engenho*, 1(1), 89-112. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/233> (Consulta: 23/01/2024).

BRAGA, L. M. M., & ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. (2022). Parques Patrimoniais como indutores do Desenvolvimento Regional. *Labor & Engenho*, 16, 1-11. <https://doi.org/10.20396/labore.v16i00.8671644> (Consulta: 23/01/2024).

CANDIDO, A. (2023). *Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Todavia.

MARCHINI, M. C. (2022). *Bairros rurais com capelas remanescentes na paisagem cultural canaveira de Piracicaba, SP (Tesis de maestría)*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

SABATÉ BEL, J. (2005). Da preservação do patrimônio à ordenação da paisagem. *Identidades: território, cultura, patrimônio*, 1, 15-33. <https://doi.org/10.5821/identidades.8776> (Consulta: 24/01/2024).

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima... [et al.]; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez; Compilación de Mónica S. Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba; Cataluña: Universitat Politècnica de Catalunya, 2024.  
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online  
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007